



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**Processo nº:** SEPLAG- PRO 2022/11566 PGenet. 2022.02.011381  
**Origem/Interessado:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG  
**Assunto:** Adesão Carona à Ata de Registro de Preços  
**Parecer nº:** 4188/SGAC/PGE/2022  
**Local e Data:** Cuiabá/MT, 12/12/2022  
**Procuradora:** Gilberto Alves de Azeredo Junior

**DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO VIA ADESÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE (CARONA). À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PARA AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) NOTEBOOKS AVANÇADOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE ALTA DISPONIBILIDADE E MOBILIDADE DE ACESSO AOS RECURSOS COMPUTACIONAIS. LEI Nº 10.520/2002. LEI Nº 8.666/1993. DECRETO ESTADUAL Nº 840/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/CPPGE/2017. POSSIBILIDADE JURÍDICA. RECOMENDAÇÕES DE CONFORMIDADE.**

## 1. RELATÓRIO

Cuida-se de processo encaminhado a esta Subprocuradoria-Geral de Aquisições e Contratos para emissão de parecer conclusivo acerca da possibilidade de **contratação por adesão "carona"** à Ata de Registro de Preços nº 006/2022, oriunda do Pregão Eletrônico nº 040/2021, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, em favor da empresa **LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.477.490/0002-81, que tem por objeto a " *aquisição de 10 (dez) notebooks avançados, para atender as demandas de*

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

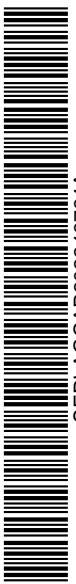
1 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

*alta disponibilidade e mobilidade de acesso aos recursos computacionais de 6 (seis) secretários da SEPLAG, da tecnologia de informação e engenharia"* a fim de atender as necessidades dos servidores e agentes públicos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no valor total estimado **R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)**, conforme Termo de Referência nº Termo de Referência nº 028/2022/STIS/SAAS/SEPLAG (fls. 03/14).

A adesão será do lote 10 (dez) que registrou preço em favor da empresa LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (sob o CNPJ nº: 12.477.490/0002-81).

Considera-se como relatório deste processo os documentos listados no **check-list** presente às fls. 392-394:

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

2 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM – NÃO SE APLICA	Fis.	FUNDAMENTO JURÍDICO
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, através de CI ou ofício de solicitação da demanda?	SIM	1-2	Art. 38, caput da Lei 8.666/93; Art. 3º, § 1º Decreto 840/2017;
2. Constata no processo a previsão no PTA e demonstração da existência de dotação orçamentária para cobrir a despesa?	SIM	4	Art. 7º, § 2º, III e IV e 14º da Lei 8.666/93; Art. 3º, V, Decreto 840/2017; Art. 60, Lei 4.320/64;
3. Há Termo de Referência (ou projeto básico) que respeita as mesmas condições postas no termo de referência (ou projeto básico) da licitação e, ainda, devidamente aprovado pela autoridade competente?	SIM	3-19	Art. 3º, inciso I, Decreto 840/2017; Art. 7º, § 2º, I da Lei 8.666/93;
4. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação?	SIM	3	Art. 3º, I da Lei nº 10.520/02; Arts. 9º, II, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05, e Art. 2º, caput, e Parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99;
5. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	2/3	
6. Constata nos autos a cópia do edital do Sistema de Registro de Preços, acompanhado de todos os seus anexos (TR, minuta de contrato e outros que houverem)?	SIM	35-52	Art. 88, Art. 3º §3º do Decreto 840/2017;
7. O edital realizado para o Registro de Preços admite a adesão a Ata de órgão não participante "carona"?	SIM	36/54	Item 15, subitem 15.5 e seguintes
8. Constata nos autos a homologação do procedimento licitatório que originou o Registro de Preços?	SIM	215	Art. 88, Art. 3º §3º do Decreto 840/2017;
9. Constata nos autos a cópia da Ata de Registro de Preços a ser aderida?	SIM	53-57	Art. 88, Art. 3º §3º do Decreto 840/2017;
10. Constata nos autos a cópia da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial?	SIM	231	Art. 88, Art. 3º §3º do Decreto 840/2017;
11. Realizada a necessária consulta ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços que se pretende aderir, informando os quantitativos pretendidos, para fins de verificação da possibilidade de adesão e da observância dos limites previstos pela legislação?	SIM	232	Art. 22, §§1º e §3º, Decreto nº 7.892/13;
12. Há autorização do órgão gerenciador admitindo expressamente a adesão a ata de registro de preços, dentro do prazo de 90 dias, observado o prazo de vigência da Ata?	SIM	235	Art. 22, §§5º e 6º, do Decreto nº 7.892/13; Art. 84 §§ 3º e 8º do Decreto 840/2017;
13. Constata nos autos conciliação do fornecedor nos mesmos termos da Ata de Registro de Preços?	SIM	241	Art. 22, § 2º, Lei 7.892/2013; Art. 75, § 2º e 84º do Decreto Estadual 840/2017;
14. Comprovante de Registro do Processo Administrativo no SIAG?	SIM	285	Art. 3º, III do Decreto Estadual n. 840/2017;
15. O Fornecedor registrado na ARP mantém as mesmas condições de habilitação exigidas no edital da licitação?	SIM	241	Art. 55, XIII, da Lei 8.666/93;
15.1 Cópia da Cédula de Identidade?	SIM	263	
15.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou	SIM	248-262	Art. 28, da Lei nº 8.666/93;

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO, JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

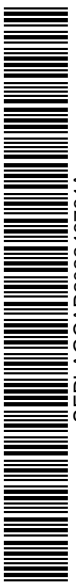
2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT, 78048-196

3 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

*Os documentos supracitados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidações respectivas. *Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente; ou *Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.			
15.3 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)?	SIM	376-377	
15.4 Prova de regularidade, para com a Fazenda Nacional, emitida pela Secretaria da Receita Federal (RFB) em conjunto à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) e relativa a Seguridade Social (INSS)?	SIM	264	
15.5 Prova de regularidade, para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede ou domicílio da empresa?	SIM	265	
15.6 Prova de regularidade, para com a Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede ou domicílio da empresa?	SIM	270	
15.7 Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Municipal, expedida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da empresa?	SIM	267	
15.8 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)?	SIM	268	Art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93
15.9 Prova de inexistência de débitos trabalhistas junto à Justiça do Trabalho, requerida pela Justiça do Trabalho?	SIM	269	
15.10 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigidos e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta?	SIM	378-391	
15.11 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica?	SIM	266	
16. Há comprovação da veracidade, com a identificação do servidor responsável pela pesquisa, nos termos da IN 05/2014 alterada pela IN 03/2017 MPOG? I. Painel de Preço, disponível no endereço eletrônico <a href="http://painelprecos.planejamento.gov.br/">http://painelprecos.planejamento.gov.br/</a> ; II. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preço; III. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítio eletrônico especializado ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou 16.1 Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.	SIM	28-34/202-229/291-352	Art. 22, caput, Decreto 7.892/2013. Art. 75, Caput - Decreto 840/2017 Art. 24, IN 05/2014 alterada pela IN 01/2017 MPOG
17. Consta a estimativa de impacto orçamentário financeiro da despesa e declaração previstos no artigo 16, incisos I e II, da LC nº 101/2000.	SIM	246	
18. Consta parecer técnico da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação - MTI? (Quando couber)	Aguardando a parecer conclusivo da PGE	*	Decreto 2.395/14, CEPICMAT.
19. Consta algum registro de sanção aplicada ao fornecedor registrado na ata, cujos efeitos torne o proibido de celebrar contrato administrativo e alcance a Administração contratante? São sistemas de consulta de registro de penalidades:	SIM	271-281	

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO, JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT, 78048-196

4 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ( <a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/">http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/</a> );			
b) Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso ( <a href="http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis/">http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis/</a> );			
c) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União ( <a href="https://portal2.tcu.gov.br/">https://portal2.tcu.gov.br/</a> );			
d) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ( <a href="https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/public/pages/compras/compras/consultas/consultasAdministracaoPublica.jspx">https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/public/pages/compras/compras/consultas/consultasAdministracaoPublica.jspx</a> ); e Conselho Nacional de Justiça – CNU ( <a href="https://www.cnu.jus.br/">https://www.cnu.jus.br/</a> );			
e) Consta nos autos declaração no processo de que a unidade verificou a existência de Registro de Preço disponível junto a SAG/SEGES para atendimento da demanda? ( <a href="http://assuicoes.gestao.mt.gov.br/index.php?app=verfic-2">http://assuicoes.gestao.mt.gov.br/index.php?app=verfic-2</a> )			
21. Consta nos autos PED Reserva?	SIM	245-247	Art. 2º caput – Decreto 840/2017;
22. Autorização SAG/SEGES?	Aguardando retorno da PGE		Decreto 840/2017;
23. Consta nos autos autorização ou informação da despesa ao CONDES, (se necessário)?	N.A. pelo valor	*	Decreto 415/2017 e 840/2017;
24. A minuta de contrato, se houver, obedece às mesmas cláusulas do termo de contrato decorrente da licitação, ressalvando-se condições peculiares à administração aderente, tais como: qualificação, data de início da execução, local onde será entregue ou executado o objeto e quantidade?	SIM	354-374	Art. 62 § 4º da Lei 8.666/93
25. O processo está devidamente paginado e vistado?	SIM	-	Art. 38, caput, Lei 8.666/93;
26. Os atos de responsabilidade deste setor foram analisados e encontram-se devidamente formalizados, podendo o processo seguir o seu trâmite?	SIM	-	Art. 38, da Lei 8.666/1993. Art. 2º, inciso I, da LCE 295/2007. RN 17/2010 – TCE-MT.

É o que importa relatar. Passo a opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1 DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Estado veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

5 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

## 2.2 DA POSSIBILIDADE E DOS REQUISITOS PARA ADESÃO CARONA

A chamada "**adesão carona**" consiste na situação em que um órgão ou entidade pública, que não participou da licitação que deu ensejo à ata, pretende contratar com o licitante vencedor, por meio de adesão à ARP feita por outro órgão.

Sobre o tema, assim estabelece a doutrina de Marçal Justen Filho:

Em síntese, 'carona' consiste na contratação fundada num sistema de registro de preços em vigor, mas envolvendo uma entidade estatal dele não participante originalmente, com a peculiaridade de que os quantitativos contratados não serão computados para o exaurimento do limite máximo. De acordo com a prática, a única restrição admitida reside no limite de 100% do quantitativo máximo objeto do registro por entidade. (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2009)

No âmbito do Estado de Mato Grosso, o art. 52, § 1º, VII, do Decreto Estadual nº 840/2017, expressamente prevê a figura da adesão carona:

**Art. 52.** [...]

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

[...]

VII - Adesão Carona: a utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidade não participante e sem a baixa do quantitativo registrado, até o limite definido neste decreto;

É justamente a situação do **órgão interessado** no presente caso, que, por essa razão, poderá se valer do instituto da adesão carona (art. 52, § 1º, VII, do Decreto Estadual nº 840/2017), que consiste na utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidade não participante e sem a baixa do quantitativo registrado, até o limite definido no Decreto.

Com efeito, a utilização do Sistema de Registro de Preços importa uma série de vantagens para a Administração Pública e a possibilidade da realização de "adesão carona" é uma forma de otimizar as contratações realizadas pelos entes públicos, estando regulamentada e delimitada, em âmbito estadual, pelo Decreto Estadual nº 840/2017.

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

6 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

### 2.3. DOS REQUISITOS DA ADESÃO CARONA

Para a devida e necessária formalização, a adesão a Ata de Registro de Preços deverá atender aos requisitos do art. 75 do Decreto Estadual nº 840/2017 que, em apertada síntese, são os seguintes: justificada vantagem na adesão; autorização do órgão gerenciador; adesão durante a vigência da Ata; declaração do fornecedor beneficiário aceitando o fornecimento decorrente de adesão.

Adentrando a análise específica do caso em questão, cumpre verificar os termos da Instrução Normativa nº 01/CPPGE/2017, que estabelece lista de checagem mínima (*checklist*), prevista no parágrafo único, do artigo 7º, do Decreto Estadual nº 1.147/2017, para os procedimentos de aquisições nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Mato Grosso, a qual estabelece o *checklist* para adesões. **Ponto observado às fls. 392-394.**

O processo encontra-se devidamente autuado, registrado e numerado.

O órgão demandante acostou o Termo de Referência de fls. 03-14, de onde se infere a **justificativa para a contratação**, da qual se extrai:

#### 2. JUSTIFICATIVA E FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Com a finalidade de manter o alinhamento estratégico em manter o parque computacional atualizado frente as inovações tecnológicas, e atender a necessidade de maior flexibilização das atividades e ações promovidas pelos 06(seis) Secretários desta Secretaria, sendo que, em muitas situações existe o deslocamento para reuniões externas, auditórios, salas de reunião e em gabinete junto ao Governador, justifica-se assim, de um equipamento com característica que atendam a alta demanda de processamento e velocidade e disponibilidade ao acesso às informações. Os demais equipamentos serão para atender Tecnologia da Informação e Engenharia.

O quantitativo obtido, se dá por meio do número de Secretários desta secretaria, e a utilização pela equipe de Tecnologia da Informação e Engenharia na necessidade de utilização de equipamentos de alto poder de processamento de dados e desempenho gráfico.

A escolha por esta ATA em especificidades desta configuração, se dá pela escalabilidade de suportar grande volume de aplicações abertas em memória e atender de forma significativa os propósitos de todas as demandas necessárias nas mais diversas situações extremas em que a equipe e seus gestores possam se deparar.

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaisDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

7 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Vê-se, portanto, que foi demonstrada a pertinência e relevância da aquisição pretendida. No que tange ao **quantitativo** à área demandante justifica que foi obtido devido ao número de secretários da Secretaria, e a necessária utilização pela equipe de tecnologia da informação e engenharia de equipamentos de alto poder de processamento de dados e desempenho gráfico

Aqui, faz-se interessante a recomendação do TCU para se elaborar um plano de trabalho que preceda os processos licitatórios, onde se possa demonstrar a aderência da aquisição com o planejamento estratégico da instituição o plano diretor do órgão. Isso possibilita a apresentação de justificativa detalhada da necessidade da contratação, contendo a relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser licitada, bem como o demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (TCU, Acórdão 265/2010 Plenário e Acórdão 1330/2008 Plenário).

**Consta nos autos a autorização da autoridade competente presente à fl. 15.**

Verifica-se que o processo foi instruído com cópia do **Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos ARP nº 40/2021 (fls. 35-52)** e cópia da **Ata de Registro de Preços nº 006/2022 (fls. 53-57)**.

Consta nos autos o **termo de adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 040/2021** que originou a Ata de Registro de Preço nº 006/2022, a qual se pretende aderir, sendo esse termo publicado no Diário Oficial (fls. 211-220).

**Consta ainda nos autos cópia da publicação do extrato da ARP** no Diário Oficial de 25/03/2022, confirmando sua vigência (fls. 230-231).

Advirta-se, ainda, a teor do art. 65, § 4º do Decreto Estadual nº 840/2017, que o contrato deve ser assinado dentro da validade da Ata. Tem-se, pelos autos,

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196



8 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

que a ARP possui vigência até 17/12/2022.

Ressalte-se que as aquisições ou contratações adicionais, decorrentes das adesões carona, devem observar os limites estabelecidos na legislação que rege as contratações realizadas pelo órgão Gerenciador, sendo que, no caso em comento, **consta no item 3 do Edital de Pregão da ARP (fl. 54), as contratações adicionais** não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo de **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Este controle deve ser feito pelo órgão gerenciador ao avaliar a viabilidade do pedido de adesão, sendo que, no caso em análise, o órgão gerenciador autorizou a adesão carona por meio do sistema integrado de administração de serviços gerais presente às fls.234-238.

Tem-se também que "cabará ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento de adesão, desde que não prejudique o fornecimento em decorrência da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes" (art. 75, § 2º do Decreto Estadual nº 840/2017). **Desta forma, a concordância da empresa encontra-se acostada às fls. 241-242 dos autos.**

Observa-se que foi formalizado o interesse na adesão no sistema SIAG/SEPLAG (fls.285-286).

**Consta nos autos informação que há o Contrato nº**

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

9 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

062/2021/SEPLAG, vigente, com objeto semelhante, conforme cópia do contrato presente às fls. 291-309/317, com valor inicial de R\$ 403.100,00 (quatrocentos e três mil e cem reais); o referido processo passou pelo 1º termo aditivo para alterar a cláusula das especificações do objeto e do valor, alterando-o para R\$ 446.850,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta reais).

FONTE I	Contratos da SEPLAG em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços.
INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em consulta ao sitio da Secretaria Adjunta de Aquisições Governamentais da SEPLAG, Link: <a href="https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/home/index.php?pg=ver&amp;c=2">https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/home/index.php?pg=ver&amp;c=2</a>, não consta ata de registro de preço desta secretaria de objeto igual ou similar para adesão, (fls. 282-284).</li> <li>Em consulta a Gerência de Contratos, a mesma nos informou a existência do Contrato nº 062/2021/SEPLAG, assinado em 13 de dezembro de 2021, com vigência de 12 (doze) meses, e ao analisar as configurações foi observado que o item 01 e 02 trata-se de minidesktop e não de notebook, ou seja não é igual e nem similar, (fls. 291-317).</li> </ul>

Consoante a informação presente nos autos à fl. 350, não se trata de objeto semelhante, portanto, não seria o caso de coexistência de contratos com o mesmo objeto.

**2.4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – EMPENHO**

A contratante deve atentar-se às exigências da legislação financeira e orçamentária, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101/2000, para os casos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (arts. 15 e 16) ou de atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17).

À primeira vista, parece não ser o caso, mas ainda assim é **de se recomendar atestar nos autos se trata ou não de tais casos, exigindo-se ou dispensando as providências.**

Rafael Carvalho Rezende Oliveira também alerta para a necessidade

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196



10 de 26

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

de garantir a disponibilidade orçamentária quando da formalização da intenção de adquirir, e sempre antes da assinatura do contrato (ou emissão da ordem de fornecimento):

[...] entendemos que não há necessidade de reserva orçamentária para efetivação do SRP, pois tal exigência somente se justifica nas hipóteses em que a Administração seleciona a melhor proposta para celebração do respectivo contrato, garantindo a existência de recursos orçamentários para pagamento do contratado. Ocorre que, no SRP, a Administração tem por objetivo o registro das melhores propostas, não assumindo a obrigação de assinar o contrato. A disponibilidade orçamentária será necessária apenas no momento da assinatura do respectivo contrato [...]. (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de Direito Administrativo*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017)

Sobre o prévio empenho, algumas considerações também são necessárias. Veja-se o que dispõe o art. 2º, *caput*, e § 1º, e art. 3º, V e VI, todos do Decreto Estadual nº 840/2017 c/c art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/1993:

**Art. 2º** Para início de qualquer procedimento, independentemente de valor e da origem, que vise a aquisição de bens, contratação de serviços e locações de bens móveis e imóveis, os órgãos e entidades da Administração Estadual deverão comprovar a existência de recursos orçamentários para o pagamento, preferencialmente através de Pedido de Empenho - PED.

§ 1º Se não for possível a emissão do Pedido de Empenho, somente poderão ser realizadas despesas que estiverem contempladas na Lei Orçamentária Anual-LOA, no Plano de Trabalho Anual - PTA, Convênios firmados ou na Programação Financeira Mensal – SEFAZ.

**Art. 3º** Os procedimentos de aquisição de bens e de contratação de serviços e locação de bens móveis e imóveis, serão autuados, protocolados, numerados e devendo ser instruídos em sua fase interna pelo menos com os seguintes documentos:

[...]

V - indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa; [...]

**Art. 7º** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

- I - projeto básico;
- II - projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços.

[...]

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

11 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

[...]

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; [...]

Verifica-se, portanto, que, para qualquer contratação, independentemente do valor, deverá a Administração demonstrar e planejar a capacidade para efetuar o pagamento das despesas de custeio e contratos administrativos vigentes, em consonância com a Lei nº. 8.666/1993 e com as demais regras orçamentárias que prescrevem a impossibilidade de realização de qualquer despesa pública sem o prévio empenho ou de assunção de obrigações das quais decorrerão despesas públicas sem previsão orçamentária.

Considerando o princípio da anualidade do orçamento e liberação da Secretaria de Fazenda de saldo orçamentário para empenho, conforme art. 2 do Decreto nº 1.292 de 15/02/2022, foi emitida **nota de empenho ° 11601.0001.22.000591-0 no valor de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), presente à fl. 246.**

### 2.5 DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para ser considerada legítima a presente adesão, é preciso que seja demonstrada a vantajosidade na contratação, realizando-se pesquisa de preço a evidenciar que os valores registrados estão condizentes com aqueles praticados no mercado.

Assim orienta o Tribunal de Contas da União – TCU:

A mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna de licitação não é suficiente para configurar a vantajosidade da adesão à ata, haja vista que os preços informados nas consultas, por vezes superestimados, não serão, em regra, os efetivamente contratados. Deve o órgão não participante ("carona"), com o intuito de aferir a adequação dos preços praticados na ata, se socorrer de outras fontes, a exemplo de licitações e contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública. (Acórdão 420/2018 - TCU).

Neste ponto, importante destacar que o Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 4.013/2008 Plenário, Acórdão nº 1.547/2007 Plenário) defendia a utilização da cotação junto ao mercado como forma preferencial de pesquisa destinada a definir o orçamento estimado.

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

12 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO, JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Em 2013, a orientação da Corte de Contas federal pareceu seguir outro rumo. No Acórdão nº 868/2013 – Plenário, o Min. Relator concluiu que *"para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado."*

Ou seja, o *decisum* reconheceu, em certa medida, a insuficiência da pesquisa de preços realizada, unicamente, com base nos orçamentos fornecidos pela iniciativa privada. Desta forma, o relator aproveitou o ensejo para indicar alguns exemplos de fontes alternativas de pesquisa, assim consignando:

Esse conjunto de preços ao qual me referi como **'cesta de preços aceitáveis'** pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública -, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado. (Acórdão nº 868/2013 Plenário)

Seguindo o entendimento do TCU, a Resolução de Consulta nº 20/2016 também indica a insuficiência do estudo de vantajosidade baseado unicamente em orçamentos de possíveis fornecedores:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS.

1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, **não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores**, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: **preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.**

2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

Regulamento editado pelo Governador do Estado, e recentemente

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

13 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

alterado pelo Decreto nº 219, de 21 de agosto de 2019, indica como deve se dar a formação do preço de referência:

**Art. 7º** O preço de referência será providenciado pela unidade de aquisições do órgão ou entidade e deverá ser informado no sistema de aquisições governamentais disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Estado de Gestão, para consulta de outros órgãos e entidades no respectivo prazo de validade, de acordo com as regras estabelecidas nos parágrafos seguintes.

**§ 1º** O preço de referência terá validade de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua elaboração, e será o resultante de pesquisa de mercado compatível com o objeto licitado das seguintes fontes: (**redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019**).

I - contratos de órgão/entidade em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; (**redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019**).

II - preço público de contratos e/ou atas de registro de preços similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; (**redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019**).

III - orçamentos de empresas que atuem no ramo do objeto licitado, formalmente solicitados e devidamente identificados, devendo-se aguardar prazo de resposta de 05 (cinco) dias úteis; (**redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019**).

IV - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

V – (**revogado pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019**)

**§ 2º** As fontes indicadas nos incisos I a IV deverão necessariamente fazer parte da pesquisa de mercado, salvo nos casos em que não for possível e devidamente justificadas nos autos. (**redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019**).

**§ 3º** Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

14 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

considerados os preços manifestamente inexequíveis ou os excessivamente elevados, nos seguintes termos: **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

I - será considerado inexequível o preço inferior a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, salvo justificativa específica do fornecedor; **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

II - será considerado excessivamente elevado o preço superior a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços; **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

III - os preços inexequíveis ou excessivamente elevados não serão utilizados na elaboração do mapa de preços, evitando a distorção do preço médio a ser adotado pelo órgão licitante; **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

IV - as pesquisas de preços devem ser realizadas em procedimento que observe ato de validação por agente público distinto. **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

§ 3º-A A não consideração de propostas inexequíveis ou excessivamente elevadas deve ser declarada expressamente pela área técnica competente, sendo possível a ressalva de situações excepcionais devidamente justificadas de acordo com a natureza ou especificidade do bem ou serviço em cotação. **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

§ 4º Para fins do inciso II, poderá ser considerado como preço de referência o indicado em tabela ou informativo oficial de preços de órgão ou entidade da administração pública. **(redação dada pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019)**.

§ 5º O agente público autor do mapa comparativo responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

§ 6º Para a regularidade dos atos, ainda na fase interna do certame deverá ser

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

15 de 26  
PGE  
PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO  
**GOVERNO DO ESTADO DE  
MATO GROSSO**



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

realizada uma análise crítica do mapa comparativo, visando certificar que o objeto orçado possui a especificação compatível com o objeto a ser licitado, e que seu preço esteja condizente com o praticado no mercado. **(incluído pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019).**

§ 7º A análise crítica descrita no parágrafo anterior deverá ser realizada por servidor ou setor diverso daquele que elaborou o mapa comparativo, a ser definido por cada órgão ou entidade, observada a respectiva estrutura organizacional, visando garantir a segregação de funções. **(incluído pelo Decreto Estadual 219 de 21 de agosto de 2019).**

A demonstração da vantajosidade, portanto, não pode levar em consideração apenas orçamentos privados, devendo constar na pesquisa de preços os valores praticados em outros contratos celebrados com a Administração Pública municipal, estadual ou federal.

Do mesmo modo, o mapa comparativo não pode se ater apenas às pesquisas de valores praticados em contratos administrativos, de modo que a suficiente demonstração de vantajosidade impõe a conjugação da análise de preços públicos e privados, na esteira do entendimento do Tribunal de Contas da União.

A necessidade de demonstração da vantajosidade obrigatoriamente deve constar nos autos, pois é a única forma de se documentar que houve preocupação com a economicidade da contratação e a busca pela proposta mais vantajosa, princípio fundamental da licitação, previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Vale salientar que a pesquisa da vantajosidade deve levar em consideração o art. 7º, § 1º, do Decreto Estadual nº 840/2017, salvo nos casos em que não for possível e devidamente justificado nos autos, a teor do que dispõe o § 2º do dispositivo mencionado.

Destaca-se, ainda, que o mapa comparativo de preços deverá passar por **análise crítica**, visando certificar que o objeto orçado possui a especificação compatível

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

16 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

com o objeto a ser licitado, e que seu preço está condizente com o praticado no mercado. Ademais, tal análise deverá ser realizada por **servidor ou setor diverso** daquele que confeccionou o mapa comparativo, em respeito ao princípio da segregação de funções, nos termos do § 3º, IV e § 7º do art. 7º, incluídos pelo Decreto Estadual 219/2019.

No caso em comento, **foi realizada pesquisa de preço, elaborado Mapa Comparativo de fls. 341:**

EMPRESA	VALOR ADMINISTRATIVO (R\$)											
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 05	ITEM 06	ITEM 07	ITEM 08	ITEM 09	ITEM 10	ITEM 11	ITEM 12
1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Depreende-se ainda que a pesquisa de preço contemplou todas as fontes de pesquisa do § 1º do artigo 7º do Decreto nº 840/2019:

FONTE I	Contratos da SEPLAG em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços.
INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em consulta ao site da Secretaria Adjunta de Aquisições Governamentais da SEPLAG, Link: <a href="https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/home/index.php?pg=ver&amp;c=2">https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/home/index.php?pg=ver&amp;c=2</a>, não consta ata de registro de preço desta secretaria de objeto igual ou similar para adesão, (fls. 282-284).</li> <li>Em consulta a Gerência de Contratos, a mesma nos informou a existência do Contrato nº 062/2021/SEPLAG, assinado em 13 de dezembro de 2021, com vigência de 12 (doze) meses, e ao analisar as configurações foi observado que o item 01 e 02 trata-se de minidesktop e não de notebook, ou seja não é igual e nem similar, (fls. 291-317).</li> </ul>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT, 78048-196

17 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57. Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

<b>FONTE II</b>	<b>Preço público de contratos e/ou atas de registro de preços similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços.</b>
<b>INFORMAÇÃO</b>	<p>Ressaltamos, todavia, que em razão da grande extensão territorial não é possível certificarmos a inexistência de Contratos e/ou Atas de Registro de Preços em TODOS os órgãos públicos existentes no Brasil, nem nos responsabilizamos por aqueles que forem formalizados após a realização desta pesquisa, no entanto, com os recursos que temos ao nosso alcance demos a maior amplitude possível a presente Pesquisa.</p> <p><b>Utilizamos os preços:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 001/2022, da prefeitura Municipal de Itumbiara/GO, que registrou preço para a empresa CRP Comercio e Suprimentos de Informática LTDA – R\$ 11.448,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) a unidade, (fls. 347-348).</li> <li>• Contrato nº 021/2022/MTI, firmado com a empresa PRIME INFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME pelo preço de R\$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais) a unidade, (fls. 324-339).</li> </ul>
<b>FONTE III</b>	<b>Orçamentos de empresas que atuem no ramo do objeto licitado.</b>
<b>INFORMAÇÃO</b>	<p><b>As empresas responderam às solicitações de orçamento feitas por esta Secretária:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NR Tecnologia da Informação e Comunicação – R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) a unidade, totalizando R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), (fls. 28-29).</li> <li>• TJ Comercio de Produtos Eireli – ME – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a unidade, totalizando R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), (fl. 30).</li> <li>• GLOBAL Distribuição de Consumo Ltda. – HT Solutions – R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) a unidade, totalizando R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), (fls. 31-32).</li> <li>• APL Soluções e Serviços – R\$ 11.448,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais) a unidade, totalizando R\$ 114.480,00 (cento e quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais), (fls. 349).</li> </ul>
<b>FONTE IV</b>	<b>Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.</b>
<b>INFORMAÇÃO</b>	<p><b>Em sítios eletrônicos foram encontrados os seguintes preços:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• IT COMPUTERS – R\$ 12.178,00 (doze mil, cento e setenta e oito reais) a unidade, totalizando R\$ 121.780,00 (cento e vinte e um mil, setecentos e oitenta reais), (fls. 342-346).</li> </ul>
<b>FONTE V</b>	<b>Pesquisa bancos de dados do Radar do TCE/MT.</b>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

18 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

<b>INFORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No sítio Radar TCE-MT, foi localizado nem 1 (um) processo de aquisição de NOTEBOOK, nos termos e especificações constantes no TR, conforme demonstra o prints de tela que seguem em anexo (fls. 319-323), que é o mesmo Contrato nº 021/2022/MT, firmado com a empresa PRIME INFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME pelo preço de R\$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais) a unidade, (fls. 324-339).</li> </ul>
-------------------	--

<b>DOS PREÇOS INEXEQUIVEL E COM SOBREPREÇO (fl. 340)</b> (Analisado pela planilha de inexequibilidade e sobrepreços)	
<b>INEXEQUIVEL</b>	Será considerado inexequível o preço inferior a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, salvo justificativa específica do fornecedor <ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhum preço utilizado foi considerado com inexequível</li> </ul>
<b>SOBREPREÇO</b>	Será considerado excessivamente elevado o preço superior a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços: <ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhum preço utilizado foi considerado com sobrepreço</li> </ul>

Sobre o assunto atente-se que a consulta em todas as fontes elencadas no § 1º do art. 7º do Decreto Estadual nº 840/17 deve ser realizada em relação a **cada um dos itens da licitação, devendo haver demonstração da pesquisa em todas as fontes em relação a cada um deles.** Em suma, impõe-se que se proceda à **pesquisa de preço em todas as fontes** elencadas pelo § 1º do art. 7º, bem como **para cada um dos itens que compõem o lote, devendo-se buscar ter pelo menos três preços válidos para cada item.**

**Deve-se consignar que, conforme dispõe o § 2º do precitado art. 7º do Decreto nº 840/2017,** “as fontes indicadas nos incisos I a IV deverão necessariamente fazer parte da pesquisa de mercado, salvo nos casos em que não for possível e devidamente justificada nos autos”. **No presente caso, ressalta-se que a justificativa acerca da ausência de alguma das fontes de preço foi apresentada às fls. 350 - 352.**

Ademais, foi realizada análise acerca da compatibilidade dos preços obtidos, ou seja, análise para a verificação do preço médio excluindo preços excessivamente elevados e/ou inexequíveis, nos moldes previstos no art. 7º, §3º do Decreto nº 840/2019 (fl. 340).

Consta ainda **análise crítica ao mapa comparativo de preços (fls. 350-352),** elaborada por servidor diverso ao que elaborou o mapa comparativo de preços, certificando a vantajosidade, bem como, que o objeto orçado está condizente com o preço de mercado:

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

19 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO, JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Em atenção ao exposto acima, fica **COMPROVADO** a **VANTAJOSIDADE** da adesão **CARONA** Ata de Registro de Preço nº 06/2022, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, advinda do Pregão Eletrônico nº 040/2021, e a **ANÁLISE CRÍTICA DA TABELA COMPARATIVA DE PREÇOS** (fl. 341), nos termos do §6º, do artigo 7º, do Decreto Estadual nº 840/2017, desta forma **CERTIFICADO** que o seu preço está condizente com o praticado no mercado.

Nesse diapasão, é importante destacar que, conforme dispõe o art. 7º, § 5º, do Decreto 840/2017, o "agente público autor do mapa comparativo responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas."

Ressalte-se que não cabe ao parecerista – até por não lhe ser exigível tal conhecimento técnico – analisar a veracidade ou legitimidade dos argumentos expostos pela área técnica quanto à vantajosidade da contratação.

## 2.6. DO CONDES E DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS OU INFORMAÇÃO

Já quanto à exigência de autorização do CONDES, destaca-se que à luz do Decreto Estadual nº 1.047/2012, a licitação para obras, a depender do valor, pode demandar autorização prévia do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – CONDES, na forma do § 1º e § 2º do art. 1º, ou comunicação posterior, conforme § 2º-A.

**Art. 1º** A contratação e assunção de obrigações por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual deverão ser **previamente autorizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CONDES**, que poderá delegar atribuições a um dos seus membros.

**§ 1º** Inclui-se nessa obrigação:

**IV – as adesões a atas de registros de preços, inclusive na forma de carona; (...)**

§ 2º- A O CONDES estabelecerá por meio de resolução os critérios e os valores mínimos das contratações e assunção de obrigações das situações que deverão ser submetidos para deliberação do Conselho. (Nova redação dada pelo Dec [1.277/2022](#))

Desse modo, foi publicada no D.O.E de 11/02/2022 a **Resolução 01/2022 do CONDES**, contendo as seguintes disposições:

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

20 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**Art. 2º** Excluem-se da obrigação de autorização pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CONDES:

I - as contratações e assunções de obrigações cujo valor anual seja inferior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para obras e serviços de engenharia, independente da sua modalidade; ou **inferior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) nas demais situações constantes no § 1º do art. 1º do Decreto Estadual nº 1.047, de 28 de março de 2012;**

II - os termos aditivos para prorrogação da vigência contratual;

III - os termos aditivos de acréscimo contratual;

IV - os termos aditivos ou apostilamentos referentes a reajuste pelo INCC, nos casos de obra e serviços de engenharia, ou pelo IPCA, nos demais casos;

V - os apostilamentos de repactuação;

VI - as contratações por participantes de atas de registro de preços no limite dos quantitativos já autorizados pelo Conselho;

**Art. 3º** Nos casos previstos nesta Resolução, **as contratações e termos aditivos ou apostilamentos deverão ser informados quinzenalmente em relatório de assunção de obrigações ao CONDES, que avaliará a evolução e a racionalização dos gastos do órgão ou entidade, podendo avocar processos para deliberação, solicitar informações e determinar medidas de racionalização de despesas.**  
(original sem destaque)

Desse modo, por se tratar de contratação de obra cujo valor não ultrapassa o limite anual de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), **não há necessidade de prévia aprovação do CONDES**, consoante previsão do Decreto Estadual nº 1.047/2012, **devendo tal aquisição apenas ser informada nos moldes previstos no art. 3º da Resolução nº 01/2022.**

### **2.7 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA**

Quanto às condições de capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

21 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

e econômico-financeira da empresa, verifica-se que foram juntados os seguintes documentos:

- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fls.376-377);
- Cédula de identificação do representante legal (fls.263);
- Certidão negativa de falência e concordata **vencida** (fls. 266);
- Certidão Negativa Conjunta de Débitos expedida pela Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Estado de Fazenda **válida até 11/01/2023** (fls.270);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais **vencida** (fls.267);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **válida até 11/04/2023** (fls. 269);
- Declaração da empresa de que não possui menor de 18 anos em condição ilegal na empresa e inexistência de fatos impeditivos de habilitação considerando os arts. 28 e 32 §2º da lei nº 8.666/1993 (**Não consta**);
- Consulta da empresa no cadastro de empresas inidôneas da portal transparência (fls. 288-289);
- Consulta da empresa no cadastro de empresas inidôneas no cadastro da Controladoria Geral do Estado (fls.276-278);
- Consulta da empresa no cadastro de empresas inidôneas do TCU (fls. 279);
- Consulta da empresa no cadastro de empresas inidôneas do sistema SIAG (fls. 271-273);
- Certificado de Regularidade do FGTS **vencida** (fls. 268);
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais **válida até 11/04//2023** (fls. 264);
- Consulta de fornecedores sancionados (fl. 282);
- Consulta consolidada de pessoa jurídica (**Não consta**);
- Balanço Patrimonial (fls. 379);
- Certidão negativa do TCE (**Não consta**);

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

22 de 26



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



SEPLAGCAP202246764A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

- Estatuto Social (fls. 248 -253);
- Declarações fls. **(Não consta)**;

Ressalte-se, todavia, **que é responsabilidade da área técnica analisar o teor dos documentos de habilitação, sua veracidade e adequação aos termos do edital**, devendo atestar que o contratado preenche todos os requisitos de habilitação trazidos pelo instrumento convocatório.

**Por fim, na data da assinatura do contrato, devem ser conferidas as validades de todas as certidões, pois há possibilidade de vencerem ao longo deste procedimento, bem como, a inclusão dos documentos ausentes e substituição das certidões vencidas.**

## 2.8 DA ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL

No que tange à **minuta do contrato presente às fls. 354-374**, por se tratar de adesão carona à ata de registro de preço, em que o prestador de serviço se obrigou a cumprir o contrato, conforme as disposições previstas no instrumento convocatório, **este ente deve se limitar a seguir exatamente os termos da minuta que integra o edital**, e que já foi analisada pela assessoria jurídica do órgão gerenciador. Trilha este caminho a doutrina mais abalizada. Por todos, confira-se o que dispõe a doutrina de Ronny Charles Lopes de Torres:

Essa compreensão é compartilhada pela melhor doutrina. Nesse sentido, Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti defendem que **"a adesão à Ata de Registro de Preços exige identidade do objeto, ou seja, o bem ou serviço registrado deve ser exatamente aquele de que necessita o órgão ou entidade carona"**. Nessa feita, de acordo com os autores, valer-se da Ata para contratar bem ou serviço distinto do registrado constitui burla à regra geral da licitação.

A adesão impõe a submissão às mesmas condições contratuais da licitação original. Caso tais condições não atendam à pretensão contratual do órgão "carona", não deve ele aderir à ata. Isso porque a adesão não dispensa planejamento prévio, para identificar eficientemente a pretensão contratual, para que possa ser demonstrada a compatibilidade da necessidade administrativa com o bem ou serviço identificado na ata de registro de preços.

Reiteramos que o TCU tem firmado o correto raciocínio de que a adesão à ata e registro de preços exige compatibilidade das regras e condições estabelecidas no certame que originou a ata de registro de preços com as necessidades e condições

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

23 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-de-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

determinadas na etapa de planejamento da contratação." (*Leis de licitações públicas comentadas*. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 225) (grifamos)

Contudo, no presente caso, o edital do pregão eletrônico nº 040/2021 não tratou sobre a minuta de contrato. Portanto foi elaborada pela área demandante.

A minuta do contrato presente nos autos (fls. 354-374) está de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.666/1993, notadamente em seu art. 55, conforme se observa do seguinte quadro:

<b>Artigo 55</b>	<b>Cláusula da Minuta</b>
Objeto e seus elementos característicos (art. 55, I);	Cláusula primeira
Regime de Execução ou forma de fornecimento (art. 55, II);	Cláusula quarta
Preço (art. 55, III);	Cláusula segunda
Condições de pagamento (art. 55, III);	Cláusula quinta
Critérios, data-base e periodicidade do reajustamento (art. 55, III);	Cláusula décima primeira
Critérios de atualização monetária (art. 55, III, in fine);	11.1.1
Prazo para execução/entrega do objeto (art. 55, IV);	Cláusula quarta
Crédito pelo qual correrá a despesa (art. 55, V);	Cláusula sexta
Garantia para assegurar a execução (art. 55, VI);	Cláusula sétima
Direitos e responsabilidades das partes (art. 55, VII);	Cláusulas décima e nona
Penalidades e valores das multas (art. 55, VII);	Cláusula décima segunda
Casos de rescisão (art. 55, VIII);	Cláusula décima terceira
Reconhecimento dos direitos da Administração (art. 55, IX);	13.4
Condições de importação (art. 55, X);	11.1.2
Vinculação ao edital ou ao Termo que dispensou ou a inexigiu e à proposta do licitante vencedor (art. 55, XI);	1.2
Legislação aplicável principalmente nos casos omissos (art. 55,	Cláusula décima quinta

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

24 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site [http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade\\_documento/abrirConferenciaDocumento.do](http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade_documento/abrirConferenciaDocumento.do), informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

XII);	
Obrigação de manter condições da habilitação (art. 55, XIII);	9.5
Foro (art. 55, §2º).	Cláusula décima sétima

Deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, o extrato do Contrato, como condição indispensável para sua eficácia (Lei 8.666/1993, art. 61), além de disponibilizar em site institucional do órgão e no sistema de aquisições governamentais (Decreto Estadual nº 840/2017, art. 11), e as alterações e ocorrências que se relacionarem à sua execução (Decreto Estadual nº 840/2017, art. 99, § 2º, IV).

### 3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opino pela possibilidade** da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão- SEPLAG, aderir à a Ata de Registro de Preço nº 040/2021/IFMG, advinda do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2022/IFMG, desde que atendidas as recomendações deste parecer, em especial:

- A área demandante ateste que o contratado preenche todos os requisitos de habilitação trazidos pelo instrumento convocatório, renovando-se os documentos vencidos;
- Que sejam incluídos os documentos de habilitação ausentes e atualizados os vencidos;
- Que seja observado o dever de informar ao CONDES.

Por oportuno, resalto que, caso a área técnica competente discorde das orientações ou posicionamentos tomados neste pronunciamento, ou considerar cumpridas as recomendações, deverá juntar as justificativas necessárias, sem necessidade de retorno para nova análise (desde que não alterada a substância dos atos analisados), sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União.

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

25 de 26



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

É o parecer. À consideração superior.

(assinado digitalmente)

**Gilberto Alves de Azeredo Junior**  
Procurador do Estado de Mato Grosso

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por GILBERTO ALVES DE AZEREDO JUNIOR, 07672054481. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6DA0

2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

26 de 26



SEPLAGCAP202246764A



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

PGE  
Fls. \_\_\_\_\_

**Missão:**  
"Exercer com exclusividade e excelência a Advocacia Pública do Estado de Mato Grosso, mediante a representação judicial e a consultoria jurídica dos seus órgãos e entidades, visando a garantia do interesse público e dos princípios constitucionais".

<b>Processo n.</b>	<b>SEPLAG-PRO-2022/11566 - PGE.Net 2022.02.011381</b>
<b>Interessado(a)</b>	SEPLAG - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
<b>Assunto:</b>	Contratos Administrativos - Adesão a Ata de Registro de Preço

#### DESPACHO:

1. Após detida análise dos autos, **HOMOLOGA-SE** o Parecer 4188/SGAC/PGE/2022 da lavra do Procurador (a) do Estado Dr. (a) Gilberto Alves de Azeredo Junior, por seus próprios fundamentos jurídicos.
2. Encaminhem-se os autos à origem.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2022.

**WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS**  
Subprocurador-Geral de Aquisições e Contratos

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS:27672165810. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge-mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaisDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D6E9C



2022.02.011381

Av. República do Líbano, 2258, Jardim Monte Líbano - CEP 78048196, Cuiabá-MT - Fone: (065) 3613-5900  
CNPJ: 03.507.415/0003-06

Página 1 de 1



Autenticado com senha por VINICIUS DUQUE E SILVA - Estagiário(a) / UNIPGE - 13/12/2022 às 07:46:57.  
Documento Nº: 5913571-3828 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5913571-3828>



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

PGE  
Fls \_\_\_\_\_

**Missão:**  
"Exercer com exclusividade e excelência a Advocacia Pública do Estado de Mato Grosso, mediante a representação judicial e a consultoria jurídica dos seus órgãos e entidades, visando a garantia do interesse público e dos princípios constitucionais".

## DESPACHO

Restitui-se os autos do processo 2022.02.011381 com a análise jurídica do(a) Procurador(a) Gilberto Alves de Azeredo Junior devidamente homologada pelo Subprocurador-Geral de Aquisições e Contratos Waldemar Pinheiro dos Santos para conhecimento e providências de praxe.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2022.

**Livia Lorena Mendes de Oliveira**  
Chefe de Gabinete  
Subprocuradoria-Geral de Aquisições e Contratos

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por LIVIA LORENA MENDES DE OLIVEIRA:73404950100. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/11566 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 5D7265



SEPLAGCAP202246764A

